



MP dos Portos é aprovada no limite do prazo e Senado reage

Análise da medida provisória no Senado ocorreu poucas horas depois de a Câmara concluir a votação e enviar o texto. Prazo exíguo levou o presidente Renan Calheiros a anunciar que não colocará em votação MP com validade inferior a 7 dias e a cobrar da Câmara novo rito para MPs

Pedro Franco/Agência Senado



Senadores levantam o braço para aprovar MP dos Portos, em votação feita poucas horas depois do recebimento do texto enviado pela Câmara dos Deputados

Por 53 votos favoráveis, 7 contrários e 5 abstenções, o Senado aprovou a MP 595/2012, que trata da modernização dos portos e estabelece regras para instalações portuárias públicas e privadas. Caso não fosse aprovada ontem, a MP perderia a validade. O texto foi enviado pela Câmara ontem de manhã e aprovado no Plenário do Senado no início da noite. No meio da tarde, senadores de oposição tentaram suspender a sessão no Supremo Tribunal Federal (STF), que negou o pedido. Renan Calheiros lamentou a iniciativa, lembrando que a sessão respeitou o Regimento Interno e a Constituição. **4 e 5**

Duas sugestões de estudantes são transformadas em projetos de lei 6

Para facilitar consulta, Casa reformula Portal da Transparência 2

Médicos dizem que preconceito faz avançar câncer de próstata 7

Alunos assistem a palestra sobre política e cidadania

Um grupo de 101 estudantes da Escola Comunitária de Campinas (SP), com idade entre 13 e 15 anos, visitou ontem o Senado.

No auditório de uma comissão, eles assistiram a palestra do senador Pedro Simon sobre política, ética e cidadania. **6**



Pedro Simon fala aos estudantes de Campinas sobre processo legislativo e cita a MP dos Portos, que foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado

Renegociação de dívida de agricultor passa em comissão 3

Bombeiro apoia unificação das normas contra incêndio 8

Polícia aponta tráfico de pessoas em migração de haitianos 8

Solução para o financiamento do SUS partirá do Legislativo 7

Humberto (2º à dir.) e Davim (ao lado) debatem gestão financeira da saúde em audiência pública



Lia de Paula/Agência Senado

Ferramenta foi aprimorada e terá interface mais completa; presidente do Senado apresentará balanço do acesso à informação na Casa

Senado lança hoje novo Portal da Transparência, mais fácil de usar

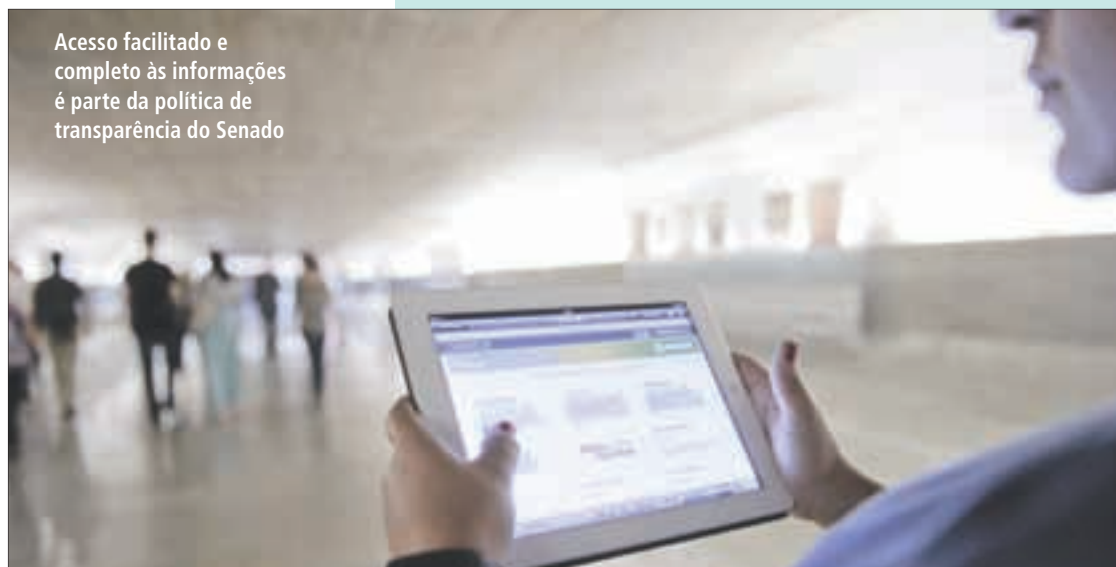
O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, lança hoje o novo Portal da Transparência da instituição. A solenidade será às 12h, na sala de audiências da Presidência. A mudança dá seguimento a uma série de medidas de austeridade e transparência prometidas por Renan quando tomou posse como presidente da Casa.

O novo portal representa uma evolução do que já existe na página do Senado na internet. Com mais recursos e mais interatividade, foi elaborado com o envolvimento de todas as áreas do Senado. A nova interface será mais organizada, funcional e amigável, já que o internauta vai poder acessar todas as informações em menos de três cliques.

No mesmo evento, o presidente deverá apresentar o relatório anual sobre a aplicação da Lei de Acesso à Informação no Senado Federal.

Compromissos

Ao fazer um balanço dos primeiros cem dias de gestão, na semana passada, Renan reafirmou a transparência como uma das marcas. O presidente lembrou que já foram incluídos no Portal da Transparência os valores dos salários dos servidores aposentados e ex-parlamentares, assim como dos bens comprados e



Acesso facilitado e completo às informações é parte da política de transparência do Senado

Léo de Paula/Agência Senado

dos serviços contratados com recursos da verba indenizatória. A criação da Secretaria da Transparência e a instalação do Conselho de Transparência, composto também por integrantes da sociedade civil, ocorreram sem custos para o Senado.

Na cerimônia de instalação do conselho, no dia 16 de abril, Renan disse que somente com a garantia de transparência e de controle social será possível construir um país mais justo e democrático. Ele disse que o Senado quer ser a instituição número um em transparência na administração pública no Brasil.

— Transparência pela metade não é transparência. A verdade é fruto do tempo e da nossa vontade — declarou.

Conselho de Transparência faz primeira reunião de trabalho

O Conselho de Transparência do Senado, instituído por ato da atual Comissão Diretora, fez no final da tarde de quarta-feira a primeira reunião ordinária. É papel do colegiado prestar assessoramento em temas relacionados a acesso à informação e transparência e pertinentes à fiscalização e ao controle da sociedade sobre atos da Casa, tanto na área legislativa quanto na administrativa.

Durante a reunião, foi apresentada proposta de Regimento Interno e também mostrada aos

conselheiros uma versão do novo Portal da Transparência, a ser lançado hoje pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

O conselheiro Claudio Weber Abramo, do Portal Transparência Brasil, um dos representantes da sociedade civil, fez ampla explanação sobre a aplicação da Lei da Transparência nos Legislativos brasileiros e apresentou algumas sugestões de melhoramento para o site do Senado.

A próxima reunião será no dia 7 de agosto.

Capiberibe: prefeituras ainda não divulgam despesas



Capiberibe fez balanço sobre os quatro anos da lei proposta por ele

João Capiberibe (PSB-AP) fez um balanço dos avanços no combate à corrupção alcançados após a entrada em vigor, em 2009, da Lei da Transparência.

Citando dados publicados pelo jornal *O Globo*, o senador observou que, mesmo após quase quatro anos de vigência da lei, que é de autoria dele, as prefeituras de várias capitais ainda não disponibilizam para os cidadãos informações

completas sobre os gastos públicos.

De acordo com Capiberibe, prefeituras como as de Salvador e Belo Horizonte estão entre as que não estão cumprindo adequadamente a Lei da Transparência. A Prefeitura de São Paulo, segundo ele, é uma das poucas que se adequaram à lei desde a publicação.

Capiberibe lembrou que no dia 27, aniversário da Lei

da Transparência, expira o prazo para as prefeituras de cidades com menos de 50 mil habitantes se adequarem à lei, passando a divulgar pela internet as despesas e receitas.

Na avaliação do senador, uma das maiores contribuições dadas pela lei foi a possibilidade de identificação antecipada de processos de compras superfaturadas por órgãos públicos.

Polícia Federal apura autoria de notícia falsa sobre projeto

A Polícia Federal (PF) e a Polícia do Senado estão investigando a autoria de uma notícia falsa sobre o Senado que nos últimos dias se espalhou pelas redes sociais e foi republicada em vários sites, informou o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI).

A notícia inverídica diz que um projeto de Ana Rita (PT-ES) prevê uma bolsa de R\$ 2 mil mensais para prostitutas. A proposta não existe.

— Olha só que coisa

maldosa. E, lamentavelmente, vários jornais do Brasil estão reproduzindo essa aberração. Queria manifestar solidariedade à senadora Ana Rita, esclarecendo ao Brasil que se trata de uma ação criminosa de um site que já está sendo investigado — disse o senador, em pronunciamento no Plenário.

Wellington pediu aos parlamentares a aprovação do PLS 257/2005, do senador licenciado Marcelo Crivella, que

determina que reportagens com repercussão negativa sobre a dignidade de alguém sejam previamente levadas ao conhecimento daqueles a quem se referam.

O senador lamentou que um parlamentar tenha que passar por uma situação como a que enfrenta Ana Rita.

Desde anteontem, o Senado vem esclarecendo nas redes sociais que a notícia em questão é falsa.

O gabinete de Ana Rita

distribuiu nota sobre o assunto. No texto, afirma que “a matéria publicada no blog de nome Joselito Müller é falsa” e que “a senadora já está tomando as devidas providências junto à Procuradoria-Geral do Senado, à Polícia do Senado e à Polícia Federal”.

Em caso de dúvida sobre a veracidade de um projeto de lei, deve-se fazer uma busca no site do Senado, na seção “Pesquisas nas Matérias Legislativas”.

Devolução do mandato de Prestes é adiada

A solenidade de devolução simbólica do mandato de senador para Luiz Carlos Prestes (1898-1990,



Reprodução

foto) e Abel Chermont (1887-1962) foi remarçada para quarta-feira, às 15h30. A sessão estava marcada para ontem, mas foi adiada em razão da análise, pelo Plenário, da MP dos Portos, que perderia a validade hoje.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a devolução dos mandatos é uma “correção histórica” e uma forma de consolidar a democracia. O senador disse que a cassação por questões ideológicas foi algo extremamente grave. Para ele, o legado de Prestes é evidenciar a importância da luta pelo processo democrático no Brasil.

O adiamento foi decidido após reunião entre Inácio Arruda, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e familiares dos homenageados, entre eles, Maria Prestes, viúva do líder comunista.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Sessão para discursos

9h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa destina-se a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Portal da Transparência

12h Renan Calheiros lança o novo Portal da Transparência do Senado Federal.

CICLO DE PALESTRAS Finanças

10h O Programa Orientação Financeira promove palestra com o tema “Organizando suas finanças pessoais”, no Auditório do Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, segundo prioridade estabelecido pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Avança projeto que amplia alcance de renegociação de dívida de agricultor

Hoje, só agricultores do Nordeste com débitos de até R\$ 10 mil podem renegociar; se proposta for aprovada, valor mínimo vai para R\$ 30 mil

FOI APROVADO ONTEM pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o projeto que amplia o alcance da renegociação de dívidas dos agricultores da Região Nordeste e que estica o prazo para o acesso ao benefício. A matéria vai para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em caráter terminativo.

O projeto (PLS 622/2011) determina que agricultores com dívidas de até R\$ 30 mil poderão se beneficiar de descontos e redução de juros, entre outros benefícios. As regras em vigor limitam os

benefícios da renegociação a dívidas de até R\$ 10 mil.

Autora da proposta, Lídice da Mata (PSB-BA) considera o atual limite para enquadramento muito baixo, excluindo muitos produtores da possibilidade de renegociação de dívidas oferecida pelo governo.

Os senadores da comissão também aprovaram maior prazo para a renegociação, conforme substitutivo apresentado pelo relator e presidente do colegiado, Benedito de Lira (PP-AL). De acordo com o texto, os agricultores nordestinos

terão até dezembro de 2014 para solicitar os benefícios de repactuação previstos na lei.

No relatório, Benedito explica que o governo federal previa um impacto fiscal de R\$ 1,2 bilhão para efetuar a renegociação dos contratos de crédito dos agricultores nordestinos. Com a adoção das medidas propostas no PLS 622/2011, o relator estima que o novo impacto fiscal será 25% superior ao valor previsto inicialmente.

Ele observa que o custo adicional “permitirá a reinserção de médios produtores no mercado de crédito

rural, a redução do grau de endividamento do setor, a adequação do montante da dívida rural à capacidade de pagamento do produtor e a efetiva quitação de suas obrigações financeiras”.

Audiência

Frente aos problemas enfrentados pelos produtores do Nordeste, com a persistência da seca na região, os senadores da CRA aprovaram na reunião requerimento de Cícero Lucena (PSDB-PB) para a realização de audiência pública para discutir o endividamento do setor.

Senadores convidam ministros para discutir Plano Safra

A CRA aprovou ontem requerimento para realização de audiência pública sobre o Plano Safra 2013–2014 com os ministros da Agricultura, Antônio Andrade, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. O plano reúne as prioridades do governo para o setor. A data da reunião ainda será marcada. Veja abaixo outros requerimentos aprovados pela comissão.

REGRAS DO CRÉDITO

Para discutir mudanças nas regras de acesso ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), a CRA também acatou requerimento de audiência com o vice-presidente de Agronegócios e Micros e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, Osmar Dias, conforme sugestão de Acir Gurgacz (PDT-RO).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Outra proposta de Gurgacz aprovada prevê debate sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal. O senador quer discutir a integração dos órgãos federais e estaduais. Devem ser convidados Carlos Mário Guedes de Guedes, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e Sérgio Roberto Lopes, secretário nacional de Regularização Fundiária na Amazônia.

ABELHAS

Por iniciativa de Ana Amélia (PP-RS), a comissão debaterá a redução da população de abelhas polinizadoras, em processo conhecido como “colapso de desordem das abelhas”, causado pelo uso de agrotóxicos nas lavouras. A senadora sugere que sejam convidados Dirceu Barbano, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Volney Zanzi Júnior, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), e Luís Rangel, do Ministério da Agricultura, entre outros.

PESCA

Outro debate aprovado, proposto pelo presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), terá como tema o desenvolvimento da pesca industrial e deverá contar com representantes do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura e do Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca da Fiesp.

ABATEDOUROS

Os senadores realizarão audiência pública sobre denúncias veiculadas pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, em março, a respeito das condições de abatedouros no país. Devem ser convidados Benedito de Arruda, presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e Wilson de Sá, presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários.

RURALIDADE

Os resultados do Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), serão analisados pela CRA, a pedido de Acir Gurgacz. Além de representantes do IICA, serão convidados representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Universidade Federal de Pernambuco.



Os senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz debatem na reunião em que a Comissão de Agricultura aprovou o projeto que beneficia agricultores do Nordeste

Agripino afirma que parques eólicos do Nordeste operam “no vazio”

José Agripino (DEM-RN) lamentou a existência de 26 parques eólicos prontos na Bahia e no Rio Grande do Norte “operando no vazio”.

O senador disse que os parques estão gerando energia elétrica que ninguém consome, por falta de linhas de transmissão. A construção das linhas é de responsabilidade da Chesf, estatal subsidiária da Eletrobras no Nordeste.

— Ninguém consome porque a empresa privada fez o que lhe competia: ganhou o leilão para fornecer energia elétrica por X reais o quilowatt. Conseguiu fazer no tempo hábil a produção de energia. Com os cata-ventos montados, produziu a energia. Como não tem a quem vender, está operando no vazio — afirmou.

Agripino disse que as pessoas para as quais a energia deveria ser destinada estão consumindo das termelétricas. Ressaltou que, apesar de não haver consumo, as geradoras são remuneradas normalmente, por determinação da lei.

— O privado fez a sua parte. O público, a Chesf, tinha a obrigação de fazer a linha de

transmissão para receber a energia elétrica das eólicas, que não está pronta. Então, a energia elétrica é jogada no ar. Aqueles a quem se iria ofertar a energia elétrica estão comprando energia de termelétrica — disse.

O senador salientou que,

somados, os 26 parques eólicos, que geram energia elétrica sem poluição, equivalem a uma turbina da Hidrelétrica de Itaipu. Ele acrescentou que a energia elétrica que não está sendo utilizada tem um gasto mensal de R\$ 33,6 milhões para a União.

— Veja a insanidade... O que aconteceu com o parque eólico? Ele ficou pronto. Quem ganhou o leilão está produzindo e ganhando todo mês. Ganhando, porque o contrato diz que a energia que ele produziu tem mercado cativo. Para jogar onde? No vento.



Parque de energia eólica na BA: Agripino citou 26 pontos de geração cuja energia não é transmitida por falta de infraestrutura

MP dos Portos foi aprovada pelo Senado sob protestos pela exiguidade do tempo, já que votação na Câmara só acabou às 10h. Renan afirma que nenhuma MP será colocada em pauta se

Novas regras do setor portuário vão à

APESAR DAS INCERTEZAS geradas pelo prazo curto, o Senado aprovou ontem a MP dos Portos (MP 595/2012), com 53 votos favoráveis, 7 contrários e 5 abstenções. O texto estabelece novas regras para concessões, arrendamentos e autorizações de instalações portuárias. A votação foi marcada pela tentativa de obstrução da oposição, que chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo na base governista, houve críticas ao prazo curto para exame: o Senado teve menos de 14 horas para discutir e votar o texto, que perderia a validade à meia-noite.

A votação do texto na Câmara dos Deputados havia sido concluída pouco antes das 10h, quase 23 horas após o início dos trabalhos. Na quarta-feira, a votação também atravessou a madrugada. A demora na Câmara se deu em razão de manobras da oposição, que tentou obstruir a votação. Houve críticas de parlamentares da base e acusações de que o texto teria sido alvo de negociações.

No Senado, parlamentares da oposição tentaram retirar o texto da pauta. Requerimento

com esse fim foi apresentado por Pedro Taques (PDT-MT), cujo partido é do bloco de apoio ao governo. Entre os argumentos, estava o de que a votação desrespeitaria acordo de líderes que prevê um intervalo de pelo menos 48 horas entre a leitura no Plenário e a votação no Senado.

— Nós nos olhamos com constrangimento, por quebra da palavra entre nós. Se existe uma coisa que político deve prezar é o cumprimento da sua palavra, principalmente quando é pronunciada em público — afirmou o líder do DEM, José Agripino (RN).

Agripino, ao lado dos líderes

do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), e do PSOL, Raulo Rodrigues (AP), chegou a recorrer ao STF para tentar parar a votação. O argumento foi o prazo curto para o exame, que impediria o Senado de exercer o papel de Casa revisora. Na prática, não haveria como fazer alterações na MP, porque, nesse caso, ela teria de voltar à Câmara. A liminar foi negada pelo tribunal.

Última vez

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse não concordar com a prática de recorrer ao STF antes da aprovação. Ele assegurou que

nenhuma norma foi descumprida na votação de ontem.

— A sessão foi guiada pelo Regimento e pela Constituição — argumentou.

Ainda assim, Renan concordou com os protestos sobre a escassez de prazo para o Senado analisar o texto, que havia sido modificado pela Câmara dos Deputados, e ressaltou que a excepcionalidade verificada ontem não pode se transformar em vício.

Para evitar novas situações semelhantes, ele garantiu que, após a MP dos Portos, nenhuma outra medida provisória que chegar da Câmara com menos de sete dias para

perder a validade será colocada em pauta pelo Senado.

A promessa do presidente da Casa recebeu elogios de parlamentares da base governista, que também criticaram o envio tardio da MP pela Câmara, mas defenderam a continuidade da votação de ontem, excepcionalmente. Mesmo com a garantia de Renan, os protestos contra o tempo curto para exame continuaram, com o argumento de que os senadores não poderiam votar algo que nem sequer haviam tido tempo de ler.

Randolfe e Ana Amélia (PP-RS) questionaram os colegas sobre o conhecimento do teor do texto aprovado pela Câmara para ser votado pelo Senado. Roberto Requião (PMDB-PR), que vinha criticando o mérito da MP desde a chegada do texto ao Congresso, seguiu o mesmo caminho em sua argumentação.

— Aqui no Senado, é um trabalho de carimbadores de medidas provisórias. Não há alternativa, não há discussão. Eu, como seguramente os demais senadores, não conseguir o raio da medida provisória até agora — lamentou.



Ao lado de Romero Jucá (D), Renan recebe cumprimento de Eduardo Braga, que relatou a MP na comissão mista

Foto: Agência Senado

Renan anuncia que não aceitará MPs com prazo inferior a 7 dias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que nenhuma medida provisória que chegue da Câmara com menos de sete dias para perder a validade será colocada em pauta. Ele classificou de “aberração institucional” o encaminhamento de uma MP com prazo quase a vencer.

Renan também cobrou dos deputados a aprovação da proposta de emenda à Constituição de José Sarney (PMDB-AP) que estabelece novo rito para apreciação das MPs. O texto (PEC 11/2011), já aprovado pelo Senado, determina prazo certo para cada Casa analisar as matérias.

— Apreciar medida provisória nas últimas horas de vigência significa, em

português mais claro, limitar o papel constitucional do Senado. E nós não vamos continuar aceitando que a tramitação se dê dessa forma — garantiu.

Após a aprovação, Renan declarou que foi “cumprida a missão”.

— O país compreende o esforço que o Senado fez — afirmou.

O presidente lamentou a iniciativa de senadores de tentar anular a sessão no Supremo Tribunal Federal (STF).

— A sessão foi guiada pelo Regimento e pela Constituição — garantiu.

Renan relatou telefonema da presidente Dilma Rousseff em que ela agradeceu a aprovação, que considerou uma vitória do país.

Senadores comemoram aprovação do texto

Após a votação da MP dos Portos, o relator da matéria na comissão mista, Eduardo Braga (PMDB-AM), comemorou a aprovação do novo marco regulatório do setor portuário brasileiro. Assim como o presidente do Senado, Renan Calheiros, ele observou que “a missão foi cumprida”.

— Quando muitos não acreditavam, nós conseguimos entregar para o Brasil um novo marco regulatório preparando o país para o futuro — disse Braga, líder do governo no Senado.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), disse não ter conhecimento de possíveis vetos que a presidente possa promover.

Eunício ressaltou que Renan foi democrático na votação e negou que a oposição tenha sido desrespeitada.

— Não houve atropelamento da oposição. O que atropela a todos nós é o rito de tramitação das medidas provisórias — argumentou o senador.

Kátia Abreu (PSD-TO) comemorou a aprovação da MP, que, segundo ela, reduzirá o poder “do cartel, do monopólio dos portos organizados”. Nos cálculos dela, os investimentos em portos no Brasil poderão chegar a US\$ 30 bilhões na próxima década.

Falta de diálogo

O líder do DEM, José Agripino (RN), reclamou da falta de diálogo do governo com a oposição.

— Poderíamos ter produzido um texto muito melhor para o interesse nacional. Votou-se uma matéria eivada de suspeições — acusou.

Para Agripino, “o Senado saiu diminuído”. Entretanto, o parlamentar afirmou que a modernização dos portos é extremamente necessária para o país, pois desatará um dos nós que impede o Brasil de crescer no comércio internacional.

Senadores da oposição acusaram o governo de se contradizer ao defender a privatização. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi além e alegou que as mudanças foram feitas para atender o mercado.

— A alegada modernização é sinônimo de maracutaia para atender meia dúzia de interesses privados à custa do interesse público — criticou o líder do PSOL.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) declarou que há falta de coragem de assumir as privatizações, que, na prática, são feitas.

- 1 Possibilidade de portos públicos
- 2 São criados fora da área terminal, estação, instalação, instalação terminal
- 3 Para a exportação de chamadas, mais interesse
- 3 Como regra arrendamento uma única
- 4 Os contratos (Portos) de período, n
- 5 Os que foram contornados realizados para isso
- 6 Manutenção mas fim de privados
- 7 Incorporação Internacional trabalhista temporária



STF

José A. Nunes Ferreira Rodrigues (PP) e seus parlamentares da oposição no STF de votação da MP 595/2012 foi negada por Mello e

Os senadores a conduzir a Constituição haviam votado a MP fosse mais tarde da porquê mínimo

Na ação que o STF papel de momento. “flagrante” e o das mo

Cinco meses de discussão

7/12/2012	20/2/2013	5/3/2013	6/3/2013	11/3/2013	12/3/2013	13/3/2013	19/3/2013
<ul style="list-style-type: none"> Publicação no Diário Oficial da União Chegada ao Congresso Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> Instalação da comissão mista destinada a examinar a medida provisória 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com representantes de: Federação Nacional dos Estivadores, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Conferentes e Conselheiros de Carga e Descarga e Vigias Portuários, Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (ligado ao Ministério Público do Trabalho) 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com representantes de: Federação Interstadual dos Trabalhadores em Agenciamento Marítimo, Aquaviário e Operadores Portuários; Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro; Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo 	<ul style="list-style-type: none"> Prazo de tramitação, que terminaria em 17/3 (60 dias), é prorrogado até 16/5 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com representantes de: Federação Nacional dos Operadores Portuários; Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e de Tráfego Portuário; Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público; Instituto de Logística e Supply Chain; Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos; Associação de Comércio Exterior do Brasil; Associação Brasileira dos Terminais Portuários 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com representantes de: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Transporte, Ação Empresarial, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com representante de: Ibama, Companhia Nacional de Abastecimento, Receptivo Federal, Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil

chegar com menos de sete dias de prazo

sanção

Principais mudanças

de **concorrência** entre públicos e privados.

os cinco tipos de **instalações portuárias** do porto organizado (que é público): de uso privado, de transbordo de carga, porto pública de pequeno porte, porto pública de turismo, e porto pública de indústria.

ploração deles, é necessária uma autorização, precedida de anúncio público. Se, na chamada, surgirem interessados, haverá um processo seletivo público.

ra geral, os **contratos de concessão e arrendamento** terão prazo de até 25 anos, prorrogável uma vez, até atingir o prazo máximo de 50 anos.

Contratos anteriores à Lei 8.630/1993 (Lei dos Portos) deverão ser renovados por mais um único período, não inferior ao prazo previsto no contrato.

ram firmados sob a vigência da Lei dos Portos e que não tenham **previsão expressa de prorrogação** ainda não poderão antecipar a dilatação de prazo. A exigência de apresentação, em 60 dias, de plano de investimentos.

ção do órgão de gestão de mão de obra (**Ogmo**), a obrigatoriedade de os terminais portuários contratarem **trabalhadores avulsos**.

ção de normas da **Convenção 137** da Organização Internacional do Trabalho (OIT) quanto aos direitos trabalhistas. Continuidade da restrição ao **contrato avulso** e garantia de **renda mínima**.

Foto: stock.xchng

MP pode estimular competição entre portos públicos e privados

A principal mudança prevista na MP dos Portos é a possibilidade de concorrência entre portos públicos e terminais privados. Um dos artigos permite à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) disciplinar as condições de acesso às instalações privadas, mediante “remuneração adequada” ao titular. Com isso, poderá ser eliminada uma série de restrições existentes na utilização desses terminais privados por terceiros.

O parecer apresentado por Eduardo Braga (PMDB-AM) e aprovado pela Câmara prevê cinco tipos de instalações fora do porto organizado (público): terminal de uso privado, estação de transbordo de carga, instalação portuária pública de pequeno porte, instalação portuária de turismo e terminal indústria.

Para a exploração deles, é necessária uma autorização, precedida de chamada ou anúncio público. Se nessa chamada surgirem mais interessados do que o pleiteante inicial, haverá um “processo seletivo público”, em que serão considerados fatores como maior capacidade de movimentação, menor tarifa ou menor tempo de movimentação de carga.

A Presidência da República terá o poder de definir as áreas dos portos organizados.

Prazo

Os contratos de concessão terão prazo de até 25 anos, prorrogável uma única vez. A exigência para isso é que o arrendatário ou concessionário promova os investimentos necessários à expansão e modernização.

O projeto trata dos contratos de arrendamento assinados antes e depois da Lei 8.630/1993 (Lei dos Portos), que é revogada. Os anteriores deverão ser renovados por mais um único período, não inferior ao prazo previsto no contrato. Os posteriores que contenham previsão expressa de prorrogação ainda não realizada poderão antecipar a dilatação de prazo.

A nova lei mantém o órgão de gestão de mão de obra (Ogmo), que tem a função de recrutar trabalhadores avulsos para a movimentação de cargas nos portos organizados. Entretanto, a proposta faculta aos titulares de instalações privadas a contratação de trabalhadores por prazo indeterminado, ficando desobrigados de usar os avulsos recrutados pelos Ogmos.

Braga rebate críticas e diz que Senado não votou “algo desconhecido”

Ao tentar convencer os colegas da necessidade de votar a MP dos Portos, o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), ressaltou que o parecer dele é praticamente o mesmo que havia sido aprovado pela comissão mista em abril e pouco foi alterado pelo Plenário da Câmara. Braga rebateu críticas de alguns senadores de que haviam tido pouco tempo para análise da proposição. Houve quem argumentasse que nem sequer teve tempo de ler o texto.

— Eu não me sinto constrangido em votar hoje o relatório. O Senado não está votando algo novo ou desconhecido. Nosso parecer foi praticamente inalterado na Câmara, onde recebeu apenas quatro modificações. Portanto, o que o Senado vai discutir neste momento é exatamente o parecer aprovado na comissão mista — afirmou.

O relator ressaltou que durante a tramitação na comissão mista todos os integrantes do Congresso tiveram a chance de apresentar contribuições. Segundo ele, em 11 semanas, foram mais de 60 horas de audiência pública com todos os segmentos atingidos pelas mudanças propostas pela MP.

— A matéria é controversa, mas necessária para o país, a economia e as futuras gerações.

Frases

- “Voto a favor com absoluta tranquilidade, com a certeza de que estará sendo exercido o que é melhor para o país e para o meu estado, o Espírito Santo, estado com maior tradição do país no setor portuário.” **Ricardo Ferreira (PMDB-ES)**
- “Vou votar com tranquilidade no mérito, cumprindo o meu dever constitucional. Eu não estou carimbando nada que está vindo da Câmara, não.” **Romero Jucá (PMDB-RR)**
- “Acredito no compromisso feito pela Mesa de que esta será a última vez que o Senado vai receber uma MP nos últimos dias.” **Waldemir Moka (PMDB-MS)**
- “O Brasil precisa competir porque tem produtos que precisam ganhar força no mercado externo e, para competir, o país tem que ter infraestrutura logística.” **Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**
- “A participação do setor privado, através de concessão, parceria público-privada e mesmo privatização, é fundamental para recuperar a estrutura portuária no Brasil.” **Francisco Dornelles (PP-RJ)**
- “Quem vai ganhar é o povo brasileiro, porque vamos ter concorrência e eficiência.” **Kátia Abreu (PSD-TO)**
- “O desgaste é do Parlamento, que é transformado em almoxarifado do governo.” **Alvaro Dias (PSDB-PR)**
- “O que a medida provisória faz é simplesmente chover no molhado, é reafirmar aquilo que já estava na Lei dos Portos e que foi responsável, aliás, por um grande desenvolvimento da atividade portuária em nosso país.” **Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)**
- “A privatização feita no governo de Fernando Henrique tinha licitação, entre outras características, enquanto a que se quer fazer agora não tem licitação e presenteia um grupo privado com um terminal. Pode interessar a um ou outro grupo econômico, mas é ruim para o Brasil.” **Roberto Requião (PMDB-PR)**
- “Mais uma vez, estamos aqui sujeitos à imposição do governo federal. Avilta a inteligência dos parlamentares impor a aprovação dessa matéria sem que tenhamos sequer a oportunidade de aprimorá-la.” **Aécio Neves (PSDB-MG)**
- “A Câmara teve o direito de debater, o Senado, não. O Senado vai sair acorçado. Não podemos dar contribuição nenhuma agora. É um pacote pronto que nós temos obrigação de digerir.” **José Agripino (DEM-RN)**
- “É como dizer que será a última vez que uma aberração será cometida. É como dizer que um estupro será cometido somente esta vez.” **Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)**

Senado nega pedido para anular decisão do Plenário, feito pela oposição

Agripino (DEM-RN), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), líderes de partidos, protocolaram uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o procedimento de aprovação da MP dos Portos (MP 625). No fim da noite, o pedido foi rejeitado pelo ministro Celso de Mello, com caráter liminar.

Os senadores argumentavam que a decisão da votação contrariou a Constituição. Durante a tarde, eles pediram ao STF que, caso a decisão fosse aprovada — como ocorreu em 2012 —, a decisão fosse anulada. Como não observou o intervalo necessário para análise, o STF não pôde decidir. Assim, os senadores defendem que o Senado precisa cumprir o papel de Casa revisora do Parlamento. Alegam que, em razão da complexidade da matéria e do escasso tempo para exame das propostas, ficou aniquilada

a prerrogativa de emendar o texto. “Não há como esconder que há, de fato, um fundado receio de que o Plenário do Senado, que se encontra agora reunido e empurrado por uma maioria episódica, atropela e subverte o devido processo legislativo”, justificavam na ação.

Os senadores observaram que a

PEC, encaminhada na manhã de ontem pela Câmara ao Senado, recebeu 678 emendas, o que inviabiliza o conhecimento de seu inteiro teor.

“Não há dúvida que a ameaça concreta de votação sem garantir ao Senado tempo minimamente razoável para análise empresta ao Senado um papel meramente

cartorial e, nessa medida, escancaradamente inconstitucional.”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, citou a “ineficácia” da ação apresentada pelos líderes partidários. Para Renan, o Senado cumpriu fielmente a Constituição e o Regimento Interno. Segundo ele, o pedido enviado ao STF não citava nenhum dispositivo constitucional ou regimental que estivesse sendo descumprido.

— Estão repetindo a prática de pedir ao Supremo o controle preventivo da constitucionalidade, com o qual não podemos concordar.

Renan manifestou discordância com a “exorbitância” do envio da MP ao Senado nas últimas horas de vigência, mas lamentou o desperdício de tempo pela oposição. De acordo com ele, os senadores contrários poderiam concentrar esforços em modificar ou até rejeitar a medida provisória.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe (3º à esq.) foi um dos líderes opositoristas que assinaram a ação levada ao STF

Agenda no Congresso Nacional

20/3/2013	26/3/2013	24/4/2013	26/4/2013	14/5/2013	15/5/2013	16/5/2013
<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com representantes de: Secretaria de Portos da Presidência da República, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Ministério do Desenvolvimento, Empresa de Planejamento e Logística 	<ul style="list-style-type: none"> Audiência pública com Eduardo Campos, governador de Pernambuco; Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil; João Constantino Motta, secretário de Planejamento do Rio Grande do Sul; e Eracy Lafuente, coordenador-executivo de Infraestrutura da Casa Civil da Bahia 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado parecer na comissão mista 	<ul style="list-style-type: none"> Começa a tramitar na Câmara dos Deputados como projeto de lei de conversão (PLV 9/2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara aprova texto-base da MP e inicia votação de destaques, em sessão que durou quase 17 horas Estivadores dos Portos de Santos (o maior do país), Rio de Janeiro, Belém e Paranaguá iniciam greve contra a MP dos Portos 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara retoma votação de destaques, concluída após mais de 22 horas de sessão 	<ul style="list-style-type: none"> Câmara conclui votação com aprovação da redação final Chega ao Senado Federal Senadores de oposição protocolam mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo suspensão da tramitação da MP Aprovada no Senado, cinco horas antes de perder a validade

Propostas de participantes do programa estão relacionadas à área de educação e foram aceitas pela Comissão de Direitos Humanos

Sugestões de estudantes do Senado Jovem já tramitam como projetos

DUAS SUGESTÕES APRESENTADAS por participantes do Programa Senado Jovem Brasileiro foram convertidas em projeto de lei e já começaram a tramitar na Casa. As propostas foram aprovadas na manhã de ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A primeira sugestão (SUG 11/2011), apresentada pelo estudante Wallacy Ronan Santos, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) para tornar obrigatório o ensino de língua estrangeira a partir do 4º ano do ensino fundamental.

A outra sugestão (SUG 16/2011), da estudante Fernanda Maciel, propõe que a bolsa de qualificação profissional custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) seja concedida também



Estudante amazonense Fernanda Maciel (D) teve sugestão convertida em projeto na CDH, presidida por Ana Rita (E)

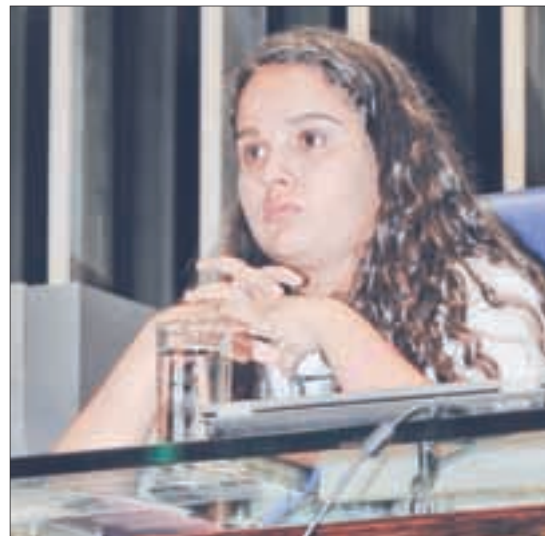
aos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os participantes do Senado Jovem entenderam que a qualificação profissional seria uma solução prática para transformar as pessoas dependentes de programas assistenciais em cidadãos economicamente ativos.

O programa é realizado todos os anos no Senado com a participação de alunos de escolas públicas de cada um dos 26 estados e do Distrito Federal, depois de escolhidos por meio de um concurso de redação.

No Plenário do Senado, os estudantes vivenciam

experiência de legisladores, debatendo e apresentando proposições sobre determinado tema. As sugestões são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Casa. Se aprovadas, passam a tramitar como os demais projetos de lei.



Moreira Muniz/Agência Senado

Ana Rita destaca o Dia de Combate ao Abuso de Crianças

Ana Rita (PT-ES) discursou na quarta sobre o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), com a esperança de que aumente a consciência sobre esse tipo de crime. Ela lembrou que a data foi instituída em memória de Araceli Cabrera Crespo, assassinada aos 8 anos, em 1973, num crime que até hoje está impune. Eduardo Amorim (PSC-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentaram Ana Rita pelo discurso.

Randolfe defende recursos do petróleo apenas em educação

Todos os recursos da exploração do petróleo devem ser destinados à educação, disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), quarta-feira. Ele observou que o Brasil tem um débito com a população, pois não conseguiu erradicar o analfabetismo. Isso também ocorre com a universalização do ensino superior, o que exige "ações, palavras, gestos e exemplos concretos" por parte do governo, afirmou. Randolfe considera fundamental ampliar os recursos destinados ao ensino, que hoje representam 5% do PIB.

Sérgio Souza propõe redução das contas de luz das universidades

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu, na quarta, desconto de 50% nas contas de luz das universidades públicas, como prevê projeto de autoria dele (PLS 166/2013) que está na Comissão de Educação (CE).

— Somente a Universidade Federal do Paraná economizaria R\$ 10 milhões a cada três anos — disse.

Segundo o senador, as universidades têm grandes dívidas. Para ele, o desconto se justifica por se tratar de prestação de serviço público de educação.

Simon fala a alunos sobre política, ética e cidadania

Pelo 12º ano consecutivo, alunos da Escola Comunitária de Campinas (SP) visitaram o Senado. Eles ouviram uma palestra de Pedro Simon (PMDB-RS) sobre política, ética e cidadania.

O projeto interdisciplinar, que tem o apoio e a participação dos pais, levou ao Senado 101 alunos, na faixa etária de 13 a 15 anos.

— A participação e o interesse pelos assuntos da comunidade e do país são fundamentais para que se formem cidadãos aptos a intervir no processo político em benefício da sociedade — afirmou Simon, que explicou o processo legislativo em curso no Senado, que debatia naquele momento a MP dos Portos.

O senador criticou o fato de a Câmara ter debatido a MP durante 90 dias e só ter enviado ao Senado no último



Estudantes de colégio de Campinas assistem a palestra de Pedro Simon, que explicou processo legislativo

dia de validade. O texto seria aprovado à noite.

— A medida provisória deixa de valer se não for votada sem alterações até a meia-noite de hoje [ontem] — criticou Simon.

Sobre a necessidade de

mais investimentos na educação, principalmente escolas técnicas, Simon destacou o exemplo da Coreia do Sul:

— Era um país pobre. Em três décadas, transformou-se num dos países mais industrializados do mundo, graças

a pesados investimentos em educação.

O encontro, no auditório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também teve a presença de Cristovam Buarque (PDT-DF).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Lia de Paula/Agência Senado

Ao lado de Davim (E), Humberto participa de audiência em que defendeu ampliação de verbas por iniciativa do Legislativo

Congresso garantirá mais recursos à saúde pública

Durante audiência ontem, Humberto Costa revelou já ter alertado o governo para negociar com o Congresso a aprovação de medida que aumente significativamente os gastos com saúde no país

O CONGRESSO DEVERÁ aprovar ainda neste ano proposta destinada a ampliar a parcela dos recursos do Orçamento da União para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme previsão do senador Humberto Costa (PT-PE). Depois de afirmar que a medida legislativa é inevitável, ele acrescentou que já alertou integrantes do governo para o fato, levando em conta a importância da participação do Executivo no debate.

— A medida virá, com o governo querendo ou não. Então, o governo precisa sentar-se à mesa, juntamente com os parlamentares e os movimentos sociais — observou.

A previsão foi feita durante

audiência pública promovida ontem pela comissão especial destinada a propor soluções ao financiamento do sistema de saúde do Brasil, da qual é o relator. Para Humberto, as negociações podem tornar possível solução que seja “suportável” para as condições orçamentárias do país, mas que ao mesmo tempo represente um “incremento significativo” dos gastos com saúde.

Hoje, a União destina ao setor recursos da ordem de 7% das receitas orçamentárias anuais brutas, o equivalente a cerca de 4% do produto interno bruto (PIB). Convidados da audiência reivindicaram a elevação para 10% do PIB, reverberando pleito do movimento

social pela saúde. O senador disse ser favorável à vinculação de 10% das receitas orçamentárias anuais da União. Para ele, estados e municípios já participam no financiamento à saúde dentro do possível, muitas vezes ultrapassando os percentuais obrigatórios de aplicação (pela ordem, 12% e 15% das receitas líquidas).

Mesmo apontando a necessidade de melhorias na área de gestão e no controle social dos gastos, os convidados reconheceram que a carência de recursos é de fato o maior problema enfrentado pelo SUS. Depois, apoiaram que a medida seja incluída com destaque no relatório final da subcomissão.

Davim defende gestão técnica na área

Durante a audiência da comissão especial, houve críticas à escolha política de gestores de secretarias e unidades de saúde, sob o argumento de que os indicados não possuem as qualificações necessárias para os cargos. Também foi enfatizada a necessidade de reforço na fiscalização dos gastos em saúde.

Paulo Davim (PV-RN), vice-presidente da comissão, disse que as indicações políticas não são um problema em si, mas que se sente “indignado” quando isso acontece sem o “balizamento da formação e o conhecimento técnico na área”.

Davim também se mostrou otimista com a possibilidade de aprovação no Senado do projeto da Lei de Responsabilidade Sanitária, sugerido por Humberto, pelo qual os gestores poderão ser punidos por atos em desacordo com as diretrizes para a saúde.

Debatedores indicam medidas para otimizar gastos no setor

Ivone Evangelista Cabral, da Associação Brasileira de Enfermagem, defendeu maior empenho na cobrança, aos planos de saúde, de recursos gastos pela rede do SUS com o atendimento aos associados. Ela explicou que os pacientes acabam recorrendo ao SUS quando necessitam de tratamentos de alta complexidade, com tecnologia avançada, como no caso dos transplantes.

Ivone também citou a necessidade de investimentos na capacitação de gestores, o que, na avaliação dela, deve elevar

a qualidade da aplicação dos recursos.

Para Luziana Carvalho Maranhão, do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, é preciso enfatizar os gastos com a atenção básica, onde ocorre o atendimento primário, o diagnóstico precoce e a prevenção das doenças. Segundo ela, equipes do Saúde da Família estão conseguindo reverter situação de doenças que evoluiriam para quadros graves. Sem prevenção, observou, os serviços de média e alta complexidades, mais caros, continuarão sobrecarregados.



Lia de Paula/Agência Senado

Para Ivone Cabral, capacitação de gestores melhoraria a aplicação dos recursos

Preconceito favorece câncer de próstata, afirmam médicos

Para conscientizar os homens sobre os cânceres de próstata e peniano, é preciso investimento em campanhas de informação e em infraestrutura de saúde. Barreiras socioculturais e institucionais são os principais impedimentos ao diagnóstico precoce e ao tratamento das doenças que afetam os homens, segundo especialistas que ontem participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A iniciativa do debate foi de Ana Amélia (PP-RS), atendendo a solicitação da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU). O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que o colegiado apoia iniciativas que buscam conscientizar a sociedade sobre a necessidade de o homem cuidar da própria saúde, como a campanha Novembro Azul, em que os prédios públicos recebem iluminação azul para lembrar da importância do assunto.

A falta de informação, o preconceito e a falta de recursos foram apontados pelo presidente da SBU, Aguinaldo César Nardi, como um dos principais fatores de avanço de câncer de próstata e de pênis no Brasil. Ele assinalou que as mulheres consultam

ginecologistas com mais frequência do que os homens vão a urologistas. Segundo Nardi, quase metade dos homens nunca consultou um especialista.

Em geral, os homens só procuram atendimento quando a doença já se tornou irreversível, disse o coordenador da área técnica de Saúde do

Homem do Ministério da Saúde, Eduardo Schwarz.

O presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, Anderson Silvestrini, informou que depois do câncer de

mama, o de próstata é o que mais mata no mundo. Grupos de risco, disse, são os homens com mais de 50 anos, os obesos, os negros e os que têm histórico da doença na família.

O médico Flavio Lobo Heldwein apontou o estilo de vida adotado como fator de risco para o desenvolvimento de câncer. O coordenador da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina, Emmanuel Cavalcanti, disse que também é importante investir em infraestrutura de saúde e equipar centros de saúde e hospitais. Para Cavalcanti, a saúde do homem merece uma política de Estado, não apenas ações e campanhas.

Metade dos homens nunca foi a um especialista, segundo Sociedade Brasileira de Urologia



Geraldo Magela/Agência Senado

Moka (C) coordena o debate com especialistas na Comissão de Assuntos Sociais

Anibal Diniz elogia brinquedoteca do Hospital do Câncer do Acre

Anibal Diniz (PT-AC) apresentou voto de louvor ao Hospital do Câncer do Acre, localizado na capital, Rio Branco. Com o objetivo de diminuir a sensação de dor e frieza



José Cruz/Agência Senado

típicos de hospitais, a instituição inaugurou, na semana passada, uma nova brinquedoteca na ala infantil. Anibal contou que participou da inauguração do espaço, que foi equipado graças ao apoio da comunidade empresarial do estado.

Criado em 2007, o hospital hoje tem 375 crianças em tratamento. Segundo ele, a nova brinquedoteca é tão grande que será implantada uma classe para alfabetização das crianças em tratamento. O

senador afirmou que, quando esteve no hospital, pôde perceber o quanto os pacientes e seus familiares têm respeito pelos profissionais que ali trabalham.

— Ouvi que a mão de um médico é a extensão do coração de Deus — declarou.

Código contra incêndios facilitará ação de bombeiros, diz comandante

Comissão prepara unificação das normas de prevenção, que atualmente variam entre os estados e foram definidas há mais de 40 anos

A UNIFORMIZAÇÃO DA legislação de combate a incêndio com base em padrões internacionais vai aprimorar o trabalho dos bombeiros, segundo o comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, Carlos Helbingen Júnior. Ele participou ontem da última audiência pública na comissão que trabalha para a unificação dos procedimentos.

O relatório da comissão deve ser apresentado dia 24, disse o relator, Paulo Paim (PT-RS). A criação do colegiado foi proposta por Paim, Ana Amélia (PP) e Pedro Simon (PMDB). Os parlamentares da bancada do Rio Grande do Sul foram motivados pelo incêndio ocorrido na madrugada de 27 de janeiro, na boate Kiss, em Santa Maria (RS), quando 241 pessoas morreram.

— Temos que fazer adequação de normas internacionais ao Brasil. Cada estado tem sua peculiaridade, e isso deve ser respeitado, além das dificuldades de implantação de medidas saneadoras — disse o comandante, acrescentando que os códigos estaduais em vigor foram, na maioria, elaborados a partir de tragédias ocorridas há mais de 40 anos.



Presidente da comissão, Ana Amélia ouve, ao lado de Helbingen, o representante da Confederação Nacional de Municípios

Helbingen ressaltou que uma minuta de código nacional vem sendo discutida no Ministério da Justiça, com a participação dos bombeiros e da sociedade civil. Ele acredita que o aprimoramento das regras viabilizará investimentos e ampliará a presença dos bombeiros nos municípios, além de subsidiar a adequação das empreiteiras.

O militar explicou que 68% de Goiás tem atendimento direto dos bombeiros, mas a demanda é sempre maior. Ele defendeu a atuação conjunta com outras entidades para integrar ainda mais as corporações à sociedade.

— Apesar da demanda por segurança, a cobrança geralmente vai para a área policial — disse.

Confederação recomenda respeito à autonomia de municípios

O representante da Confederação Nacional de Municípios, Rodrigo Garrido, também apoiou a elaboração de uma lei nacional que traga padrões internacionais de segurança no combate a incêndios. Ele ressaltou, no entanto, que qualquer norma nesse sentido precisa respeitar a autonomia dos estados e dos municípios.

Garrido citou o Projeto Brasil Sem Chamas, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, segundo o qual 14% dos municípios brasileiros não têm a presença

de bombeiros militares. Ele disse ainda que não pode ser ignorada a experiência bem-sucedida realizada em Joinville, Santa Catarina, município que há mais de cem anos conta com a atuação de bombeiros civis — na maioria, voluntários.

— É importante ampliar o debate para compreender realidades que já existem no Brasil e têm sucesso, em vez de ficar limitado a questões corporativas. Temos perfis de municípios muito diferentes no Brasil — afirmou Garrido.

Casildo representará o Senado em evento de defesa civil



Casildo Maldaner, que participará de evento sobre defesa civil na Suíça

Casildo Maldaner (PMDB-SC) representará o Senado na 4ª Plataforma Global para a Redução de Risco de Desastres, que terá início segunda-feira, em Genebra, Suíça. Segundo o senador, esse é o maior encontro mundial sobre o tema, uma oportunidade para a troca de experiências sobre defesa civil.

— As experiências internacionais podem trazer contribuições de grande valor para o

planejamento e a execução de estratégias — afirmou.

Para Casildo, as características geográficas brasileiras, com a diversidade de climas, faz com que sejam possíveis eventos opostos, como enchentes e secas ao mesmo tempo. Isso representa um desafio a mais para o Brasil. Alguns pontos, no entanto, são comuns entre os países, como a necessidade de priorizar os

investimentos em prevenção.

Ele afirmou que, a cada R\$ 1 gasto em prevenção, R\$ 8 ou R\$ 9 são economizados em reconstrução. Mesmo assim, disse, o Brasil insiste em gastar mais com a resposta aos desastres. O senador apresentou dados da ONG Contas Abertas que apontam o gasto de R\$ 7,3 bilhões em resposta a desastres entre 2000 e 2011; na prevenção, apenas R\$ 700 milhões.

Couto afirma ser vítima de perseguição de adversários no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a afirmar que é vítima da perseguição de adversários políticos no Pará. O senador atribuiu as acusações contra ele publicadas pela imprensa paraense às denúncias de corrupção que faz na tribuna do Senado e ao “desespero” dos opositores.

Ele reiterou que “sofre as penalidades” por falar a verdade sobre o desvio, na administração anterior, de dinheiro público no Pará. Mário Couto sustentou que não vai se acovardar e seguirá denunciando a corrupção por se tratar, acrescentou, de uma “tarefa constitucional”.

Com um relatório em mãos que, segundo ele, comprova o desvio de R\$ 23 milhões do Departamento Estadual de Trânsito do Pará, o senador garantiu embasar os trabalhos para a instalação da CPI do Detran, comissão parlamentar de inquérito da assembleia legislativa paraense para investigar supostas irregularidades no órgão.

O senador rechaçou a notícia divulgada em um jornal local de que o próprio filho, Mário Couto Neto, seria funcionário do Departamento de Trânsito, com um alto salário. Couto disse que se trata de uma criança de apenas 4 anos e afirmou que a denúncia é fruto do “desespero” dos adversários.



Mário Couto, que diz ser inocente de acusações publicadas no Pará

Ferraço alerta para tráfico de pessoas na migração de haitianos

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), informou o resultado da reunião de coordenação regional sobre a migração de cidadãos haitianos para a América do Sul, realizada em Brasília, na quarta-feira.

Segundo comunicado do governo brasileiro, após a reunião, informações de autoridades policiais comprovam a atuação de redes criminosas de traficantes de pessoas nessas correntes migratórias.

— Esses criminosos, ao oferecer aos cidadãos haitianos seus serviços, ou

financiar-lhes o perigoso percurso até seu pretendido destino, acabam por explorá-los e submetê-los a riscos de

todo tipo — afirmou Ferraço.

O senador disse que os participantes da reunião destacaram a decisão do governo



Brasileira, Acre: centenas de haitianos chegaram ao estado nos últimos meses

brasileiro de ampliar ainda mais a possibilidade de concessão de vistos permanentes especiais para haitianos. A decisão está na Resolução Normativa 102 do Conselho Nacional de Imigração, de 26 de abril, que busca valorizar a imigração legal e segura.

— As delegações convieram em apoiar ou reforçar em seus respectivos países campanha de esclarecimento aos potenciais migrantes haitianos sobre os altos custos e os grandes riscos da migração irregular e do recurso às redes de traficantes — informou Ferraço.

Senador deseja sorte a Vannuchi na OEA

Ricardo Ferraço manifestou “votos de êxito” a Paulo Vannuchi em sua candidatura à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos concorre a uma das três vagas da Comissão Interamericana para o período 2014–2017, em eleição na Guatemala, em junho.

Para Ferraço, a candidatura marca o reatamento das relações do Brasil com a comissão e a OEA.